

## Resenha

# Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares

BRUZIGUESSI, Bruno; BEZERRA, Cristina Simões; CAPUCHINHO, Michelle Neves; JESUS, Nilo Marques De; ALAGOANO, Verônica Medeiros, (Org.). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

**Hellen Thaina Cardoso Gomes**  

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros (MG), Brasil

[hellenthaina65@gmail.com](mailto:hellenthaina65@gmail.com)



A obra intitulada “Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares”, foi publicada em 2021, pela editora UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora, e organizada pelos autores, Bruno Bruziguessi;



Cristina Simões Bezerra; Michelle Neves Capuchinho; Nilo Marques de Jesus e Verônica Medeiros Alagoano (Orgs.). A mesma surgiu através do projeto de pesquisa, “Questão Agrária e políticas públicas em Minas Gerais; uma análise das condições de produção e reprodução dos assentamentos e acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil”; no qual, foi elaborado em 2017 e 2018, a partir de uma demanda feita pela Direção Estadual do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, à Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, onde buscava assegurar uma maior organicidade e boas condições de produção e reprodução para as famílias assentadas e acampadas no estado.

Do mesmo modo, a coletânea busca analisar a realidade da questão agrária contemporânea do estado de Minas Geras, apontando suas principais manifestações, dificuldades e conflitos, explorando dados organizados pela MST, sobre as áreas de reforma agrária do estado e o acesso das famílias assentadas e acampadas, às políticas públicas destinadas à população rural. A obra em questão contou com a participação de docentes, discentes e militantes do estado mineiro, que se empenham no estudo da temática questão agrária e seus condicionantes políticos, econômicos e culturais.

Assim, a obra foi organizada em três partes para melhor debater os conhecimentos e dados propostos: I) um debate teórico acerca das particularidades do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e em Minas Gerais; II) questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais a partir da apresentação e sistematização dos dados da pesquisa; III) alternativas populares de enfrentamento à ofensiva capitalista no campo e as experiências do MST em Minas Gerais.

Inicialmente, na primeira parte da coletânea são apresentados três capítulos, o primeiro, “Atualidade da Questão Agrária e a Resistência dos Povos”, abordará a questão agrária atualmente, expondo dados históricos e questões relevantes como expropriação; proletarianização e precarização dos processos de trabalho. Destacando que a questão agrária brasileira, é fruto de um longo processo histórico de lutas de classes, porém, apesar das melhorias conquistadas com o passar dos anos, a temática permanece em disputa e tensão. Ainda que, o avanço da reforma agrária seja limitado pelos grandes proprietários de terras e empresas agropecuárias, os movimentos populares lutam pelos direitos dos trabalhadores rurais e seguem firmes e resistentes, contra a lógica perversa do capital, que provoca riscos ambientais, além de, ameaçar e vulnerabilizar a população do campo.

O segundo capítulo, “Questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro: uma falsa dicotomia”, vai trazer a relação entre a questão agrária e a questão social na formação do modo de produção capitalista, destacando que ambas, foram relevantes para o processo de formação do modo de produção capitalista, visto que, esse processo envolveu a expropriação do trabalhador rural e concentração de terras nas mãos de poucos, assim, formou-se um sistema de produção baseado na exploração da mão de obra assalariada. Ressaltando que a questão social brasileira está marcada pela questão agrária, tanto por motivos históricos, quanto também estruturais, frisando que a questão social não pode ser compreendida corretamente, sem que a questão agrária seja, nem ao menos solucionada.

Por fim, o terceiro capítulo, “Determinantes do desenvolvimento capitalista no Campo em Minas Gerais: as lutas pela terra, suas diferentes manifestações e a reforma agrária como política social”, vai apresentar alguns determinantes do avanço capitalista no campo mineiro, a partir de, uma perspectiva sócio-histórica, destacando o plano de desenvolvimento capitalista, que se estabeleceu no estado, baseado na escravidão; exploração; expropriação e espoliação, construída no modelo agroexportador, que hodiernamente, renova-se por meio do agronegócio mineiro, agropecuário e pecuário, direcionados para exportação de commodities. A autora também vai salientar sobre as desigualdades de acesso à terra, e os movimentos socioterritoriais/sociais, organizações e assentamentos, que lutam para que uma reforma agrária seja feita, enquanto isso, seguem resistindo e estabelecendo uma agricultura familiar, que ao contrário da agricultura capitalista/patronal, não recebe apoio do estado.

Em seguida, na segunda parte da coletânea, são apresentados oito capítulos, o primeiro, “A questão agrária no sul de Minas: uma análise da situação dos assentados e acampados de campo do meio organizados pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST”, vai apresentar os dados obtidos em uma pesquisa feita no município de Campo do Meio, sul de Minas Gerais, onde fizeram um mapeamento da atual conjuntura em que vivem os assentamentos e acampamentos, considerando os aspectos, raça; etnia; gênero; faixa etária; situação econômica e financeira; acesso a políticas públicas; educação; saúde e também as condições de trabalho e produção. Sendo de extrema relevância para podermos compreender a realidade atual da questão agrária da região em questão, os conflitos, lutas e resistência dos assentados e acampados de Campo do Meio.

O segundo capítulo, “Conflitos socioambientais no sul de Minas Gerais e a luta e resistência do complexo quilombo campo grande”, vai trazer os conflitos relacionados a luta pela terra na região sul do estado mineiro, envolvendo o complexo quilombo campo grande, que iniciou um grande e importante conflito socioambiental, através da ocupação de terras da antiga Usina Ariadnópolis, município de Campo Grande, pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST. Sendo um importante processo de luta pela terra, e recursos naturais e ecológicos, tal conflito, vem sendo marcado pela resistência das famílias e ex trabalhadores e trabalhadoras da antiga usina, contra a violência do capital e do estado, no qual, vem se acirrando cada vez mais, devido à necessidade do capital em avançar sobre o território.

Em seguida, no terceiro capítulo, “Territórios atingidos pela mineração em Minas Gerais: expressões da autorreprodução do capital”, os autores irão debater os impactos sociais e ambientais provenientes das atividades de mineração no estado de Minas Gerais, que afetam principalmente a população que reside no entorno das barragens de mineração. O estado é considerado um dos principais territórios de mineração, sendo uma importante atividade econômica para o mesmo, porém, que trouxe grandes tragédias sociais e danos irreparáveis devido ao rompimento de barragens de rejeito mineral, pela Samarco em Mariana, e pela Vale, em Brumadinho.

O quarto capítulo, “Rio doce, Paraopeba e MST: do reconhecimento a luta por justiça e reparação”, trará uma análise da luta do MST, nas áreas atingidas pelo rompimento da barragem de mineração em Brumadinho, principalmente, nas áreas de atuação do movimento. As autoras destacam também, os impactos causados a bacia do Rio Paraopeba, contaminada pelos rejeitos de minério após o rompimento da barragem em Brumadinho e a bacia do rio Doce, contaminada pelo rompimento da barragem em Mariana, que afetou diversas comunidades que tiveram seus direitos violados pelos crimes da Vale, e seguem em busca de justiça e reparação.

A seguir, no quinto capítulo, “Transição agroecológica na região e a proposta de luta do MST pela recuperação ambiental frente ao crime da Samarco/Vale/BPH em Mariana/MG”, será discutido a luta do MST pelos direitos das famílias assentadas na calha do rio doce, atingidas por projetos desenvolvimentistas que vieram através do “novo modelo de desenvolvimento”, para a região do Vale do rio Doce, visando apenas a exploração e acumulação de capital, trazendo grande devastação ambiental para a região. Assim, para superar o modelo de desenvolvimento capitalista

instalada na região, o MST luta pela recuperação ambiental baseado no programa de reforma agrária popular, que representa não só a luta pela terra, mas também a produção de alimentos saudáveis, que conseqüentemente, contribuirá para a conservação e recuperação dos recursos naturais.

No sexto capítulo, “Questão agrária e políticas públicas na zona da mata de Minas Gerais: uma análise dos assentamentos Olga Benácio e Dênis Gonçalves do MST”, os autores vão apresentar as principais manifestações da questão agrária na região da Zona da Mata mineira, ressaltando as condições de produção e reprodução social dos dois assentamentos, Olga Benácio e Dênis Gonçalves, assentamentos da reforma agrária, organizados pelo MST, fazendo um apontamento de suas dificuldades, conflitos, acesso a políticas públicas destinadas à população rural, e o acesso às políticas de seguridade social, enfocando na previdência e assistência social. Enfatizando, a necessidade de fortalecer as ações sociais e políticas das comunidades em relação ao acesso às políticas públicas que atendam suas necessidades e melhore a condição de vida dessas famílias.

Em seguida, no sétimo capítulo, “Caracterização da zona da mata mineira e a constituição dos territórios do MST”, será apresentando discussões acerca da questão agrária na região, analisando a questão socioeconômica e produtiva e os principais sujeitos que atuam no território. Abordando a questão da luta pela terra, com a chegada do MST na região da zona da mata, o processo de consolidação do mesmo, e de como o movimento está organizado atualmente, destacando suas principais ações. O movimento busca não só a conquista pela terra, mas também a conquista de uma reforma agrária popular e a transformação da sociedade. Em conclusão, o oitavo capítulo, “Questão agrária e questão étnico-racial negra: uma análise a partir do assentamento Dênis Gonçalves”, apresentará os resultados da pesquisa sobre a relação da questão agrária e a questão étnico-racial negra no Brasil, considerando as características socioterritoriais do assentamento Dênis Gonçalves, organizado pelo MST. Os autores ressaltam que a concentração de terras e o racismo são elementos que se articularam desde o período colonial e continuam mantendo a estrutura de exploração e dominação social, sendo não apenas uma herança de quase quatro séculos de formação social, mas também, aspectos sociais que se adaptam as condições do capitalismo contemporâneo. Assim, a luta dos trabalhadores sem terra, conforme o plano de reforma

agrária proposto pelo MST, deve enfrentar não só as desigualdades no acesso à terra, mas também as injustiças raciais.

Logo após, no primeiro capítulo da terceira parte da coletânea, “Parceria por uma causa: uma análise da relação entre as universidades e os movimentos sociais no Brasil”, será discutido a relação da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com os movimentos sociais do campo, especialmente com o MST, tal parceria, contribui para a potencialização da luta pela educação do campo e a concretização da busca por direitos sociais. A parceria entre a UFJF/Faculdade de Serviços Sociais e o MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes, foi fundamental para a criação do “Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos”, que visa a qualificação e formação de militantes nas questões econômicas, políticas, sociais e culturais da América Latina.

O segundo capítulo, “As ações de solidariedade do MST em Minas Gerais durante a pandemia de 2020 e a relação campo cidade diante do agravamento da questão social”, irá expor as ações de solidariedade do MST, com outros movimentos que atuam no espaço urbano, no qual, pretendem estabelecer ações que reconstruam o laço entre o campo e a cidade, e reforce os valores rompidos pelo capital.

Logo após, o terceiro capítulo, “A educação do campo como direito: notas sobre práxis do MST e as alternativas populares”, vai destacar a relevância dos processos da educação do MST para a práxis da educação do campo, no qual, vem proporcionando a formação e capacitação dos membros do movimento a se envolverem e lutarem por uma transformação da realidade. As experiências históricas do MST de luta pela terra e por educação no campo, somada as lutas atuais dos demais povos do campo, contribuíram para a construção da educação do campo como prática educacional, comprometida com a realidade e as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O quarto capítulo, “Feminismo Camponês popular: uma construção de autonomia para as mulheres do campo nas áreas de reforma agrária do MST em MG”, vai apresentar a questão da desigualdade de gênero nas áreas de reforma agrária, trazendo os fundamentos da desigualdade no papel social dos homens e mulheres e da necessidade da auto-organização das mulheres, especificadamente, aquelas inseridas no campo e organizadas pelo MST, os autores também irão mostrar o processo organizativo realizado nas áreas de acampamentos e assentamentos da reforma agrária em Minas Gerais. Ressaltando, que cabe a organização discutir formas que combatam as

desigualdades de gênero nas áreas de reforma agrária, para que não só os homens, como também as mulheres tenham renda e autonomia.

A seguir, o quinto capítulo, “Comunicação e cultura: A contra-hegemonia como práxis sem terra em Minas Gerais”, trará os desafios encontrados pelo MST na luta pela reforma agrária, tanto ao nível nacional quanto estadual, o que contribuiu para o movimento realizar debates que permitissem a construção coletiva do Programa de Reforma Agrária Popular, no qual, é apresentado como conjunto de ideias baseadas em conhecimentos científicos e na práxis concreta da cotidiana luta de classes. Para o MST, a comunicação e a cultura são elementos estratégicos nesse processo de disputa política, ambas, sendo fundamentais para a construção de consensos políticos e ideológicos na classe trabalhadora e na sociedade.

O penúltimo capítulo, “Matriz Agroecológica para o campo e a cidade-a experiência do MST no estado de Minas Gerais”, vai abordar a caracterização dos modos de produção no campo, destacando o papel do MST na luta por políticas públicas voltadas ao campo, e consolidação da matriz agroecológica. Os autores também salientam a territorialização da reforma agrária e suas iniciativas que buscam garantir aos camponeses o acesso à terra, promover a produção sustentável de alimentos e valorizar seu trabalho, além, de ressaltar a importância de uma agricultura sustentável e a importância da reforma agrária.

No último capítulo, “Produção e reprodução dos assentamentos rurais do triângulo mineiro e a experiência da feira da agricultura camponesa”, será discutido a relevância da agricultura camponesa de base familiar, para uma produção diversificada e sustentável, e para geração de renda das famílias, entretanto, apesar do seu valor, são os mais prejudicados e enfrentam diversas questões, devido ao monopólio da cadeia produtiva de alimentos estar sempre sob domínio das grandes corporações nacionais e internacionais, afetando a autonomia dos pequenos agricultores. Assim, os movimentos sociais, organizados por trabalhadores e instituições públicas de ensino, como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro-UFTM, através da Feira da Agricultura Camponesa-FAC, vem promovendo alternativas para comercialização desses alimentos, através dos curtos circuitos de comercialização, como as feiras livres, que incentivam práticas agroecológicas e fortalecem a produção e reprodução dos pequenos agricultores locais, devolvendo para os trabalhadores o controle do processo de comercialização, produção e lucratividade.

Em síntese, a obra é de extrema relevância para o leitor compreender os desafios, políticas e lutas que moldaram a estrutura agrária do estado de Minas Gerais, o livro aborda em todos os seus capítulos a temática de forma clara e coerente, oferecendo ao leitor a compreensão de problemas atuais vivenciados pela população do campo, despertando no mesmo a conscientização social e ressaltando a importância de uma reforma agrária, que promova a distribuição igualitária da terra e reduza os conflitos agrários, proporcionando a pacificação das relações no campo.

A mesma também vai destacar a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra-MST, que desempenha um papel relevante no estado, lutando pela reforma agrária, direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, preservação ambiental, saúde e educação das comunidades rurais. A colaboração das universidades junto aos movimentos sociais são fundamentais, para a luta por um campo justo, inclusivo, e ecologicamente sustentável. Além, de promoverem uma compreensão ampla e multidisciplinar da problemática agrária, unindo saberes teóricos e práticos. Contudo, a obra é fundamental para o entendimento da questão agrária do estado mineiro, abordando a temática de forma explícita, permitindo que o leitor reflita acerca do assunto, que é tão complexo e engloba diversos desafios na sociedade contemporânea.

## Referências

BRUZIGUESSI, Bruno; BEZERRA, Cristina Simões; CAPUCHINHO, Michelle Neves; JESUS, Nilo Marques De; ALAGOANO, Verônica Medeiros, (Org.). **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares**, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. Disponível em:<<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/bruziguessi-9786589512387-1.pdf>>. Acesso em: 29 de mar. de 2023.

---

## Autora

**Hellen Thaina Cardoso Gomes** – Atualmente é Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

**Endereço:** : Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro – Avenida Rui Braga, s/nº, Vila Mauricéia. Montes Claros, MG, Brasil, CEP: 39.401-089.

---



**Artigo recebido em: 16 de agosto de 2023.**

**Artigo aceito em: 18 de dezembro de 2023.**

**Artigo publicado em: 21 de dezembro de 2023.**